



7 • Correio Braziliense — Brasília, terça-feira, 23 de agosto de 2022

Bolsas Na segunda-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Na segunda-feira	Euro Comercial, venda na segunda-feira	Capital de giro Na segunda-feira	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
0,89% São Paulo	113.512	R\$ 1.212	R\$ 5,166 (-0,03%)	R\$ 5,138	6,76%	13,67%	Março/2022 1,62 Abril/2022 1,06 Maio/2022 0,47 Junho/2022 0,67 Julho/2022 -0,68

GOVERNO

Dados sobre a fome detonam crise no Ipea

Servidores rejeitam documento que descarta relação entre insegurança alimentar e internações por desnutrição no Brasil

» RAFAELA GONÇALVES

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) envolveu-se em uma controvérsia política, em razão de dados apresentados recentemente pelo chefe da entidade. Presidente da fundação desde março e ex-subsecretário de Política Fiscal da equipe do ministro Paulo Guedes, o economista Erik Alencar de Figueiredo assinou um estudo no qual contesta recentes pesquisas que apontam o aumento no número de brasileiros em situação de insegurança alimentar. Ao avaliar os impactos do Auxílio Brasil, o documento, divulgado na semana passada pelo Ministério da Cidadania, sustenta que a fome no Brasil não aumentou durante o governo de Jair Bolsonaro.

O estudo menciona a ampliação de programas sociais e um "aumento no poder de compra em termos de cestas básicas", para concluir que os efeitos da fome não seriam tão graves como sugeridos pela literatura. A tese formulada por Figueiredo é frontalmente contrária a estudos realizados até agora sobre o tema no país por instituições reconhecidas.

Ao analisar diferentes fontes, Figueiredo afirma que o aumento da insegurança alimentar não se refletiu em um aumento de internações médicas decorrentes da subnutrição. "O conjunto dessas evidências sugerem que, se os dados divulgados estiverem mesmo corretos e a insegurança

alimentar tiver crescido, ela parece não impactar os indicadores de saúde da população brasileira relacionados diretamente à má nutrição", observa Figueiredo.

Em seguida, o presidente do Ipea sugere que esse descolamento entre insegurança alimentar e efeitos da fome na saúde do brasileiro resulta de avanços nas políticas sociais do governo Bolsonaro. "Isso ocorreu possivelmente em razão dos programas sociais existentes. Nesse aspecto, merece destaque o avanço que o Programa Auxílio Brasil tem representado, expandindo o número de famílias beneficiárias em todas as regiões do país e aumentando o poder de compra do benefício em termos de cestas básicas", sustenta no documento, que contém 20 páginas.

O estudo chancelado pelo presidente do Ipea contrasta com o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, elaborado pela Rede Penssan (Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional) e executado pelo Instituto Vox Populi. O levantamento mostrou que 33 milhões de pessoas passam fome no Brasil atualmente, mais do que há 30 anos, em um retrocesso das políticas de proteção social.

"Propaganda eleitoral"

O material assinado por Figueiredo não foi discutido

MINERVINO JUNIOR/CB/DA.PRESS



Criança carrega cesta básica no DF: para o presidente do Ipea, Auxílio Brasil aumenta poder de compra

nem recebeu parecer de outros pesquisadores, diferentemente do que costuma ocorrer. Em nota, a Associação dos Funcionários do Ipea (Afipea) afirmou que a divulgação desses dados constitui uma violação da legislação eleitoral, que proíbe a publicidade institucional nos 90 dias que antecedem as eleições. "Na tentativa

de produzir efeitos e repercutir, o governo Federal utiliza-se da máquina estatal para a produção do que 'aparenta ser', na realidade, uma cara propaganda eleitoral. Custa o preço da democracia, do jogo limpo e do respeito às instituições", criticou a entidade.

Os técnicos do Ipea entendem que não podem nem dar

entrevistas no período eleitoral. Tradicionalmente, o intervalo é usado para a organização e sistematização de estudos e pesquisas, que passam a ser divulgados ao fim do embargo.

Para o especialista em direito econômico Rafael Brasil, o estudo é um paper resumido, que não aponta

adequadamente a metodologia empregada e não tem transparência total nos dados apresentados. Assim, não pode ser utilizado como parâmetro absoluto para determinar se houve diminuição ou aumento da fome no país. "É sim interessante que mais estudos sejam desenvolvidos para se averiguar se houve ou não a diminuição da fome alegada, bem como suas causas. Mas não deve o Estado, especialmente em período eleitoral, divulgar tais estudos com fito eleitoral", afirmou.

O especialista reforçou a necessidade de que o material seja mais bem explorado. "Especialmente porque a redução da fome deveria vir acompanhada, em minha análise, não exclusivamente da Ampliação do Programa Auxílio Brasil, mas também do fomento de outras políticas públicas de melhor desempenho econômico do Brasil que aqueceria a geração de emprego e renda", acrescentou Rafael Brasil.

As projeções do presidente do Ipea também são divergentes. Em outro estudo, Figueiredo estimou que as famílias em situação de extrema pobreza serão 4% da população brasileira até o fim do ano. A taxa era de 5,1% em 2019, antes da pandemia. A previsão destoava da tendência apontada pelo Banco Mundial, citada no estudo inclusive, que aponta uma alta global de 15% em relação a 2019.



RAUL VELLOSO

INVESTIR EM INFRAESTRUTURA INCREMENTA O PIB DUPLAMENTE, POR AMPLIAR A CAPACIDADE DE PRODUÇÃO E AUMENTAR A PRODUTIVIDADE, ISTO É, O PRODUTO POR REAL INVESTIDO. QUANTO MAIOR O INVESTIMENTO NESTA ÁREA, E SUA QUALIDADE, MENOS DESIGUAL A DISTRIBUIÇÃO DE RENDA. O QUE ESTAMOS ESPERANDO?

(cartas: SIG, Quadra 2, Lote 340 / CEP 70.610-901)

Piauí com olho no futuro

Com relação aos debates eleitorais, lembrei, em discussão recente com meus colegas de profissão piauienses, pelo Dia do Economista, que, na escolha setorial, deveriam merecer carimbo de prioridade máxima os chamados serviços de infraestrutura, onde, após tanto descaso, estamos perto da situação de virtual terra arrasada.

Primeiro, porque os investimentos públicos há muito simplesmente desabaram, enquanto os privados, em que pese a concretização do leilão do Aeroporto de Congonhas, vêm oscilando em torno de uma média insignificante para as nossas necessidades, ao redor de 1% do PIB por ano. Na área pública, quando também medidos em % do PIB, do final dos anos 80 para cá, a queda foi de 5,1 para 0,7, ou seja, 7 vezes, em termos mais do que reais! Daí o crescimento do PIB ter caído do final dos anos 80 para o início dos 90, de 8 para algo

próximo de 1% ao ano nessa última fase. Um vexame...

Lembro que investir em infraestrutura incrementa o PIB duplamente, por ampliar a capacidade de produção e aumentar a produtividade, isto é, o produto por real investido. Pouco conhecida é a constatação de que, com base em uma amostra gigantesca de países, quanto maior o investimento nessa área, e sua qualidade, menos desigual a distribuição de renda. O que estamos esperando?

Qual é o melhor caminho para iniciar o enfrentamento desse problema? Do lado público, é preciso entender que, após a Carta de 1988, o País escolheu privilegiar segmentos intensivos em gastos correntes. Nesses se destaca o item previdência pública, onde vale o seguinte.

São gigantescos os desequilíbrios dos mais de 2.000 regimes próprios de previdência, em 26 Estados, no DF e em cerca de 2.100 municípios.

Estimativas recentes revelam déficits financeiros anuais totais de R\$ 175,4 bilhões sendo 78,8 na União, 88,7 nos Estados inclusive o DF, e os restantes R\$ 7,9 bilhões nos municípios. Já os passivos atuariais que deveriam tender a zerar um dia são da ordem de R\$ 4,3 trilhões para o total, com 1,2 na União, 2,1 nos Estados inclusive o DF, e R\$ 1,0 trilhão nos municípios. Medidos por pessoa segura (em R\$ mil), os passivos se distribuiriam atualmente da seguinte forma: União: 839; Estados inclusive DF: 454; e municípios: R\$ 287 mil.

A principal consequência da crise fiscal decorrente da subida dos gastos previdenciários é exatamente a redução do investimento público. Além dos impactos diretos de redução do emprego, isso traz impactos mais estruturais na competitividade e no investimento privado. Portanto, o ajuste fiscal, que deve ter como principal vetor

o equilíbrio previdenciário, deveria estar associado a um plano de retomada do investimento, sob modelos mais modernos e criativos, integrados com investimentos dos fundos capitalizados de previdência, concessões e parcerias público-privadas.

Como dito acima, o desajuste previdenciário está em todos os entes públicos. Pela minha origem, sou suspeito para falar assim, mas pelos vários casos que tenho acompanhado de perto, o do Piauí se destaca como um dos que mais têm avançado no ajuste previdenciário (e, portanto, nas possibilidades de aumentar o investimento). Sob a liderança inicial do bem conhecido Wellington Dias, a atual administração resolveu atacar o problema com afinco, agora pelas mãos da antes vice e atual governadora em exercício, a diligente Professora Regina Sousa, com quem convivi nos anos 60 em Parnaíba, minha cidade

natal, parecendo a administração Wellington-Regina ser a que talvez mais tenha aprofundado a reforma de regras no confronto com a reforma federal, conforme a Emenda 103/19, tema, como se sabe, ultra sensível do ponto de vista do desgaste político.

Mas o grande destaque do ajuste previdenciário piauiense, em fase de conclusão, dependendo ainda de aprovação final na assembleia local, no que talvez também não haja similares no resto do País, em termos de gestão previdenciária pública, são as inovações em matéria de aporte de ativos e recebíveis à previdência, sem falar nas novidades em termos de segregação de massas de servidores, conforme possibilidade considerada válida pela legislação regulatória estadual, para fechar o equacionamento da previdência estadual de forma única.

Graças a isso, estimativas preliminares indicam que,

de um déficit previdenciário que havia crescido, após descontar a inflação decorrida, de R\$ 0,4 a 1,6 bilhão, entre 2006 e 2019, ou seja, 4 vezes, esse indicador crítico deva se reduzir a apenas R\$ 0,2 bilhão em 2022, atingindo a média de R\$ 0,6 bilhão na década seguinte, ou seja, em 2023-32. Essa última marca deverá representar apenas 37% do pico observado em 2019.

Nessas condições, o espaço para investir em infraestrutura, prioridade central dos próximos mandatos, poderá aumentar fortemente até 2032, passando essa variável de R\$ 0,7 bilhão em 2019, para o pico médio de R\$ 1,9 bilhão (ou seja, 2,7 vezes a marca de 2019, a preços de 2020) em 2022-24, ou para a marca média de R\$ 1,7 bilhão, se considerarmos a década seguinte (2022-32), representando não menos do que 2,4 vezes o valor observado em 2019. Um baita sucesso!